

O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL COMO ESPAÇO MIDIÁTICO DE TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO CIDADÃ

Paulo Antônio de Sousa Marquêz¹

Resumo

Este trabalho investiga as práticas dialógicas e interativas nas Câmaras Municipais – sob o olhar da comunicação pública e de interesse público – que levam os cidadãos a perceberem estas instituições como espaços midiáticos de transparência, participação social e educação cidadã. A discussão se dá pela identificação de canais de informação, comunicação e educação cidadã, para ampliar a participação e o envolvimento dos cidadãos no processo decisório e da análise de como estes espaços promovem a interação, o diálogo e a compreensão entre os atores sociais – objeto principal deste estudo.

Tem por metodologia uma pesquisa documental e bibliográfica para apontar prováveis práticas comunicacionais, o que implica avaliar os portais institucionais, permitindo um diagnóstico sob o aspecto das dimensões “transparência legislativa, transparência administrativa, participação e controle social e aderência à Lei de Acesso à Informação”, culminando em um estudo descritivo, o que requer a análise dos produtos e veículos de comunicação. Como base teórica, os conceitos de comunicação pública de Pierre Zémor, Jorge Duarte, Elisabeth Brandão e Heloísa Matos; de informação, de Gonçal Mayos e Chun Wei Choo; participação social, de Cris Ferri e Ladislav Dowbor; e educação cidadã, de Humberto Dantas e Rildo Cosson.

Essa fase inicial da pesquisa aponta que as Câmaras Municipais: 1) divulgam informações e promovem debates de interesse da sociedade, mas adotam poucos mecanismos de participação popular; 2) seus espaços de comunicação refletem, em grande parte, somente a posição dos parlamentares; 3) se colocam como fonte de informação de interesse público para a cidade, o que implica vários desdobramentos práticos, como a existência de ouvidorias legislativas que estreitam a relação entre a sociedade mas, na prática, não garantem a participação popular no processo de elaboração e discussão das leis da cidade; e 4) desenvolvem ações de educação cidadã, permitindo maior acesso ao conhecimento legislativo.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba - UNISO. paulomarquez.rp@gmail.com. Pesquisa orientada por Paulo Celso da Silva, Professor Doutor no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba – UNISO. paulo.silva@uniso.prof.br.

13^o inter programas

cásp^{er} pesquisa

Considera-se, portanto, que nesses espaços midiáticos há um processo que favorece o compartilhamento de informações relevantes ao cidadão, favorecendo o exercício da cidadania. Porém, informação apenas não basta, é preciso transparência para garantir o diálogo e incentivar a participação do cidadão na vida pública. Finalmente, lançar bases para promover de boas práticas e aperfeiçoar as funções de informar, comunicar e educar das Câmaras Municipais, pode tornar a gestão da coisa pública mais transparente e democrática.

Palavras-chave: Comunicação Pública. Transparência. Participação Social. Educação Cidadã.